

Ensino Técnico, por que mudar é tão difícil?

Escrito por Magno de Aguiar Maranhao
Qua, 08 de Setembro de 2004 21:00

Se pudermos complicar, por que simplificar? Esta parece ser a máxima que rege as discussões acerca do ensino técnico no Brasil, geralmente tratado como corpo alienígena no sistema educacional. No entanto, esta modalidade não está dissociada das demais e as mudanças que ela requer são semelhantes às idealizadas e determinadas para a educação básica e superior: dosar o aprendizado de conteúdos disciplinares a uma formação abrangente dos futuros profissionais, a fim de que eles sejam capazes de situar seu trabalho, e a si mesmos, dentro de um contexto mais amplo; estimular o desenvolvimento de competências que possibilitem aos alunos se adaptarem à instabilidade no mundo do trabalho; proporcionar-lhes uma visão global dos processos produtivos em que estiverem inseridos, assim como dos objetivos por trás dos processos; fazer com que se conscientizem de sua parcela de responsabilidade dentro do projeto brasileiro de uma sociedade sustentável; incorporar ao ensino as transformações que vêm marcando este início de século. Mudanças que, sobretudo, derrubam o muro entre instruir e educar. Todos os discursos que sustentam as reformas na educação brasileira na última década frisam a importância de perseguir estas metas. O ensino técnico precisa, apenas, absorvê-las.

O ensino técnico não é benefício, caridade do Estado para jovens desfavorecidos, como pensam alguns; tampouco deve ser considerado uma estratégia para reduzir a pressão pelo ensino superior, como crêem outros. Esta modalidade existe porque precisamos de técnicos de nível médio, e dos bons, em todos os setores. Ela precisa ser expandida e modernizada porque a mão de obra brasileira é desqualificada, possui baixa escolaridade e tem dificuldades de se adaptar às mudanças nas formas e relações de trabalho. E capacitar os trabalhadores para essas mudanças não é uma responsabilidade das empresas - estas podem, e devem, prover o treinamento de funcionários para que se adequem às inovações. Contudo, fazer com que o indivíduo aprenda a aprender; desenvolver nele as competências necessárias para absorver o impacto das transformações; ensiná-lo não só a fazer, mas a pensar criticamente sobre o que e como está fazendo; cuidar para que ele não seja a "cria" de uma empresa, mas dono de conhecimentos e habilidades que poderá pôr em prática onde bem entender - estas tarefas cabem a instituições de ensino, que podem ser afinadas com o mercado de trabalho, mas devem manter sua independência como formadoras de cidadãos. Não me parece que, para um curso técnico, sejam tarefas mais difíceis de cumprir que para um curso de graduação, já que ambos, no fim das contas, têm igual finalidade: formar profissionais para uma área específica.

O Decreto 5.154, que regulamenta quatro artigos da LDB e anula o Decreto 2.208, de 1997, que extinguiu, por algum tempo, a integração entre ensino médio e profissionalizante, com a justificativa de que as escolas que ofertavam as duas modalidades integradas eram utilizadas como trampolim, devido à boa qualidade do ensino, por jovens que pretendiam enfrentar o vestibular e ocupavam as vagas dos que realmente desejavam aprender uma profissão. Mas a separação também prejudicou estes últimos, obrigados, desde então, a correr entre duas instituições, já que só é possível tornar-se técnico de nível médio se o aluno concluir, também, o ensino médio regular. Agora, eles poderão optar por frequentar os dois cursos na mesma escola, em escolas diferentes ou, ainda, frequentar o curso técnico somente após o médio. As instituições também serão livres para optar.

Este foi, digamos, um problema operacional que o MEC solucionou. A polêmica continuará,

Ensino Técnico, por que mudar é tão difícil?

Escrito por Magno de Aguiar Maranhao
Qua, 08 de Setembro de 2004 21:00

porque ela gira mesmo é em torno do tipo de formação oferecida nos cursos técnicos. A crítica dos educadores é que a formação generalista, humanística e científica ficaria restrita ao ensino médio, enquanto o curso técnico se destinaria ao treinamento para funções específicas. Claro que o domínio de operações específicas é necessário em qualquer área de atuação, mas é óbvio, também, que focar o ensino nesta espécie de "adestramento", atualmente, é condenar o trabalhador à paralisia. À primeira mudança com que se defrontar, ele descobrirá que o que aprendeu não lhe basta. A constituição da educação profissionalizante em módulos, aos quais os trabalhadores podem recorrer para se atualizar, é um modo prático de resolver a questão.

Pessoalmente, creio que a modularização é conveniente e facilita ao aluno construir sua própria trajetória de especialização - desde que os módulos sejam complementares a uma formação básica, geral e sólida sobre a área em que os alunos irão atuar. Ou seja, a fragmentação total do currículo do ensino técnico em módulos não é recomendável, pois será impossível, assim, moldar os alunos segundo o perfil desejado para o futuro profissional, que deve ser congruente com o perfil da sociedade que queremos: independente, empreendedora, ágil na adaptação às mudanças e criadora de oportunidades.

Se o ensino técnico responderá a esse ideal, dependerá muito do projeto pedagógico de cada instituição. Mas, também, da sua valorização por parte do governo federal (com a injeção de recursos através do esperado Fundeb e outros convênios) e dos governos estaduais, que devem traçar seus planos para esta modalidade, visando à sua modernização e integração aos outros níveis de ensino, sua condução segundo as demandas consolidadas do mercado (não segundo carências momentâneas das empresas) e seu ingresso, mesmo um tanto atrasado, no século XXI.